

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.007

SURDEZ, LIBRAS E FAMÍLIA REVISÃO DE LITERATURA EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS DE 2012 A 2022

Fernanda Cilene Moreira de Meira¹
Mônica Maria Farid Rahme²

RESUMO

O papel da família na formação das crianças, a realidade da maioria dos surdos pertencentes a famílias predominantemente ouvintes e o direito ao uso da língua de sinais pelo surdo é preciso pensar sobre a relação entre esses fatores e o desenvolvimento das crianças e adolescentes surdas. Entende-se que as experiências de socialização de crianças e adolescentes surdas no ambiente familiar e escolar são fundamentais para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social. Realizou-se uma revisão de literatura sistemática de caráter misto com o objetivo identificar como a surdez, Libras e família tem sido abordada nas pesquisas nas teses e dissertações no Brasil nos últimos anos. A revisão pretendeu responder à questão da pesquisa: como a relação entre surdos em ouvintes no contexto familiar tem sido abordada nas pesquisas de pós-graduação no país? Com base na busca e levantamento das pesquisas de Teses e Dissertações observou-se aumento de pesquisas relacionada a surdez, surdo e Libras a partir de 2012 e foi possível verificar que as famílias, quando convidadas a participarem dos estudos, respondem sobre diversos temas que tratam da surdez, da pessoa surda e da língua de sinais, mas não foi possível localizar em nenhum dos estudos que os familiares tenham recebido apoio para uso e difusão da Libras, bem como orientações sobre a surdez. Nos casos de parce-

1 Doutoranda do Curso de Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais, fernanda.meira@uemg.br;

2 Doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP), professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais, monicarahme@hotmail.com.

ria entre escola e família os objetivos visavam levantar dados sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Surdez, Surdo, Língua Brasileira de Sinais, Família.

INTRODUÇÃO

As experiências vivenciadas pelas crianças e adolescentes em relação à socialização no ambiente familiar, juntamente às relações sociais produzidas na escola são fundamentais para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social. A relação familiar torna-se fundamental no processo de aprendizagem de uma língua, tendo em vista que a família, em geral, atua como “mediadora entre indivíduo e a sociedade”, e funciona como um espaço no qual “aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele” (Ciampa, 1989, p.99).

Brito e Dessen (1999) e Negrelli e Marcon (2006) discorrem sobre as interações e relações entre a criança surda e sua família. Os resultados de seus trabalhos apontam que as trocas verbais ou gestuais influenciam a interação e a participação da criança surda nas conversas domésticas, e que a ausência ou limitação na comunicação pode gerar isolamento e sentimento de incompreensão. “Esse indivíduo é privado dos bate papos informais dentro de casa, das discussões sobre assuntos familiares e dos conselhos dos pais, e isto contribui para que ele seja considerado uma pessoa agressiva ou inadequada.” (Negrelli & Marcon, 2008, p. 104). Portanto, investigar as habilidades e práticas comunicativas presentes no contexto familiar composto por sujeitos surdos e ouvintes, suas formas de interação, bem como elementos relacionados à aprendizagem da língua de sinais, são pontos relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Diante disso, em 2016, elaborou-se uma proposta de extensão universitária em uma escola municipal da região metropolitana de Belo Horizonte, a partir da constatação da dificuldade de comunicação dos surdos com seus familiares e professores. A atividade extensionista, ofereceu oficinas para ensinar Libras para professores e familiares dos surdos, e ocorreu de outubro a dezembro de 2016. No entanto, no início do ano letivo de 2017, tanto a comunidade escolar, quanto a direção da escola demonstraram desejo pela continuidade das oficinas. Recebidas várias mensagens de alunos surdos e dos familiares, perguntando sobre o retorno das atividades, encaminhou-se para a direção da escola a proposta de retomada das oficinas. Após aceite da gestão escolar, as atividades foram retomadas e continuaram nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2022. Apenas em 2020 e 2021 as atividades não ocorreram devido ao fechamento das escolas no período de pandemia da COVID-19. O retorno a partir de 2017 foi por iniciativa pessoal da pesquisadora uma vez que ela não tinha mais vínculo institucional com a universidade de origem do projeto extensionista.

Em 2021, a partir das experiências descritas acima foi elaborado, submetido e aprovado um projeto de pesquisa ao Programa de pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG), com vistas ao ingresso no doutorado para investigar o processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por familiares de pessoas surdas e seus efeitos para a interação surdos-ouvintes. Antes de iniciar a escrita da tese, realizou-se uma revisão de literatura sistemática de caráter misto para evitar duplicidade de pesquisas e descobrir possíveis lacunas na literatura, além de otimizar o uso de recursos para o desenvolvimento da tese (Galvão; Ricarte, 2019). A revisão pretendeu responder à seguinte questão de pesquisa: como a relação entre surdos e ouvintes no contexto familiar tem sido abordada nas pesquisas de pós-graduação no país? Portanto, o texto aqui apresentado trata dos resultados parciais da revisão, que teve como objetivo identificar como a surdez, Libras e família tem sido abordada nas pesquisas de teses e dissertações no Brasil nos últimos anos.

No Brasil, as propostas sobre a educação de surdos se intensificaram nos últimos anos. Tal hipótese é reforçada quando se analisa o banco de teses e dissertações da CAPES no período de 2012 a 2020, tendo como referência as palavras-chave surdez, surdo e Libras. O termo surdez aparecia em 34 pesquisas em 2012, passando para 62 em 2020; já o termo surdo que referenciava 31 pesquisas em 2012, passou para 185 em 2020 e, por último, o termo Libras que era de 34 pesquisas em 2012, chegou a 125 em 2020. Tais dados revelam o avanço de pesquisas sobre a surdez, o surdo e a língua de sinais que podem interferir nos processos inclusivos e educativos deles. Esse aumento pode indicar um maior interesse sobre a temática, assim como uma maior mobilização em torno da educação dos surdos. Cita-se, por exemplo, a contratação de intérpretes educacionais e

Pode-se inferir que o crescimento na área de pesquisas da educação de surdos e formação de professores e intérpretes da língua de sinais é consequência da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5626/2005. A Lei reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, e o Decreto regulamenta a lei de 2002, dispondo sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação do professor, instrutor e do tradutor e intérprete de Libras. O Decreto normatiza, ainda, o uso e difusão língua de sinais e o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, garantindo o direito à edu-

cação e à saúde, e o apoio ao uso e difusão da Libras pelo poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos.

Independentemente das causas da surdez, Schemberg, Guarinello e Massi (2012) afirmam que 95% das crianças surdas estão inseridas em famílias majoritariamente ouvintes. Outro ponto relevante que as autoras destacam é que, em geral, os familiares desconhecem ou rejeitam a língua de sinais. Elas concluem que a permanência em um ambiente no qual não se tem contato com a língua de sinais pode prejudicar o desenvolvimento educacional da criança surda. Conforme o Decreto, nos artigos supracitados, a família deve ser orientada pelo SUS sobre a surdez e suas implicações na vida do sujeito surdo. Na perspectiva sociocultural, essa orientação deverá destacar as potencialidades e funcionalidades do surdo e não apenas questões relativas à perda auditiva, treinamento da fala, protetização e implantes. Outro ponto é a garantia do direito da família, juntamente ao surdo, de optar pela aprendizagem da língua portuguesa na modalidade oral. Em relação à língua de sinais, a família deverá receber apoio para uso da Libras, inclusive em forma de oferta de cursos.

Considerando o papel da família na formação das crianças, a realidade da maioria dos surdos pertencentes a famílias predominantemente ouvintes e o direito ao uso da língua de sinais pelo surdo é preciso pensar sobre a relação entre esses fatores e o desenvolvimento das crianças e adolescentes surdas. Entende-se que as experiências de socialização de crianças e adolescentes surdas no ambiente familiar e escolar são fundamentais para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social. Como toda linguagem, juntamente às relações sociais, a língua de sinais integra os processos fundamentais para a constituição do sujeito (Vygotsky & Luria, 1996), ao mediar a troca de experiências, conhecimentos e o acesso a culturas diferentes.

LIBRAS E RELAÇÕES SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DO SURDO

No Brasil, as propostas de educação de surdos se intensificaram nos últimos anos. Pode-se inferir que o crescimento na área de pesquisas da educação de surdos, formação de professores e da interpretação em língua de sinais são consequências da Lei 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas e do Decreto 5626/2005 que, regulamenta a lei de 2002 e dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular. O decreto aborda a questão da formação

do professor, instrutor e do tradutor e intérprete de Libras; do uso e difusão língua de sinais; do ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; da garantia do direito à educação e à saúde e do apoio ao uso e difusão da Libras pelo poder público e empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos.

Cabe destacar que o decreto não abarca somente o uso e a difusão da língua de sinais no espaço escolar e questões relacionadas aos profissionais que nele atuam. Nos artigos 14º, 16º e 25º, além dos profissionais que trabalham com pessoas surdas, também são citadas as famílias desses sujeitos ao destacar sua participação no “acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior” (Brasil, 2005).

O art. 14º, inciso V, destaca o apoio à comunidade escolar para uso e difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos. Uma segunda menção a família é vista no art. 16º, em relação à oferta do português na modalidade oral, caso seja escolha da família e do aluno surdo e, por fim, no art. 25º, inciso VIII, ao se abordar a garantia ao direito à saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e por meio de empresas que se encontram autorizadas a realizar serviços nessa área. Esses serviços deverão orientar as famílias sobre a surdez e sobre a importância do acesso à Libras. Essa orientação deverá destacar as potencialidades e funcionalidades do surdo e não apenas questões relativas à perda auditiva, treinamento da fala, protetização e implantes. Outro ponto é a garantia do direito da família, juntamente à pessoa surda, de optar pela aprendizagem da língua portuguesa na modalidade oral e receber apoio para o uso da Libras inclusive em forma de oferta de cursos.

Considerando o papel da família na formação das crianças e o direito ao uso da língua de sinais pelo surdo, é preciso pensar sobre a relação entre esses fatores e o desenvolvimento das crianças e adolescentes surdas. Aqui, assim como para os ouvintes, entende-se que as experiências de socialização de crianças e adolescentes surdas no ambiente familiar e escolar são fundamentais para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social. A linguagem dos surdos se desenvolve por meio de mecanismos de compensação e superação (Vygotsky, 1989), estratégias de comunicação com gestos e pela língua de sinais, seu prin-

principal meio de comunicação e fator decisivo no desenvolvimento das funções psíquicas superiores (pensamento, memória, abstração, dentre outras).

Com base nesses pressupostos, entende-se que a interação das pessoas surdas com outras pessoas surdas, e dos surdos com ouvintes, por meio da língua de sinais, será a base para o seu desenvolvimento social, cognitivo e psicológico. Em síntese, a defesa do uso da língua de sinais fundamenta-se em algumas concepções, primeiramente, no papel da linguagem para o desenvolvimento do pensamento e das funções executivas superiores (Tonietto, 2011); da relação entre pensamento verbal e o modo do sujeito operar a realidade (Werner, 2015). e na importância que as relações sociais e linguísticas têm na constituição do indivíduo (Goldfeld, 2002). No entendimento de Bernardes (2011), a relação entre atividade educativa, comunicação e apropriação da produção cultural humana ocorre, para os surdos, através da língua de sinais e Guarinello (2007) afirma que a aquisição da linguagem deve ocorrer por meio de atividades discursivas do sujeito com e sobre a língua.

Goldfeld (2002, p. 18) apresenta definições sobre linguagem, língua e fala, e evoca em Vygotsky a percepção da linguagem “não apenas como uma forma de comunicação, mas também como função reguladora do pensamento”, assinalando que a língua “constitui a consciência do indivíduo” e a fala “refere-se a linguagem em ação, a produção linguística do falante no discurso”.

A língua de sinais, na modalidade gestual-visual, se difere da língua oral, que utiliza o canal oral-auditivo, permitindo ao surdo a aquisição de linguagem, conhecimento de mundo e de si mesmo.

A aquisição de uma linguagem, no caso a de sinais, é de extrema importância para o desenvolvimento de uma identidade pessoal surda. Somos seres sociais e, por isso, precisamos identificar-nos com uma comunidade social específica e, com ela, interagir de modo pleno, ou seja, precisamos de uma identidade cultural, e, para isso, não basta uma língua e uma forma de alfabetização, mas, sim, um conjunto de crenças, conhecimentos comuns a todos. (Cromack, 2004, p.69)

Composta de estrutura e organização similar às línguas orais, a língua de sinais apresenta gramática própria e possibilita a comunicação de conceitos concretos e abstratos entre os surdos, e entre surdos e ouvintes (Quadros, 1997; Dizeu, Caporali, 2005). Como toda linguagem, juntamente às relações sociais, a língua de sinais integra os processos fundamentais para a constituição

do sujeito (Vygotsky; Luria, 1988), ao mediar a troca de experiências, conhecimentos e o acesso a culturas diferentes. Ela “representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno”. (Dizeu; Caporali, 2005, p. 558)

Assim, assumindo-se a concepção de linguagem como organizadora do pensamento e essencial para o desenvolvimento humano, é necessário observar que o fato das pessoas surdas “viverem em uma comunidade onde são minoria” pode levar a “uma comunicação imprópria”, trazendo “consequências para o crescimento intelectual, social e emocional dessa pessoa.” (Cromack, 2004, p.69)

Como destaca Góes (2012, p. 43), a criança nasce entranhada nas relações sociais, que se dão por meio da linguagem. No caso dos surdos,

O modo e as possibilidades dessa imersão são cruciais na surdez, considerando-se que é restrito ou impossível, conforme o caso, o acesso a formas de linguagem que dependem de recursos da audição. Sobretudo nas situações de surdez congênitas ou precoce em que a problemas de acesso à linguagem falada, a oportunidade de incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento das esferas cognitiva e afetiva e fundam a construção da subjetividade. [...] Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo dependendo das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem (Góes, 2012, P. 43).

O status social dos problemas relacionados à surdez, bem como a não relação direta e obrigatória no desenvolvimento intelectual, social e emocional dos surdos, é comprovado quando se compara o desenvolvimento de uma criança ouvinte ao de uma criança surda que teve acesso precoce e adequado à língua. “Quando a criança surda é filha de pais surdos, a língua que aprende em seu ambiente está de acordo com as suas capacidades linguísticas, sendo-lhe a língua, portanto, acessível.” (Santos; Carvalho, 2016, p. 193) Por exemplo, crianças surdas filhas de pais surdos tratam com naturalidade sua condição e de sua família, identificam-se com a comunidade surda (Quadros, 1997) e adquirem as regras da língua de sinais semelhantemente às crianças ouvintes em aquisição de línguas orais-auditivas (Santos; Carvalho, 2016).

Portanto, a língua utilizada por crianças surdas filhas de pais surdos é mesma utilizada por seus pais de forma constante e natural em casa, o mesmo acontece com as crianças ouvintes filhas de pais ouvintes. O empasse em relação ao uso da língua se dá quando crianças surdas nascem em famílias ouvintes que não usam a língua de sinais. Retomando os modelos social e biopsicossocial da deficiência de Mota e Bousquat (2021) a situação das crianças surdas filhas de ouvintes ultrapassa a questão clínica da surdez, ou seja, não se restringe apenas ao corpo. A problemática entre a surdez, criança surda, sua família precisa ser pensada conciliando questões relativas à saúde e as funções do corpo, participação social, fatores pessoais e ambientais. Sendo assim, a língua de sinais apresenta-se como forma de comunicação mais adequado para o desenvolvimento da criança surda e suas interações com a família.

FAMÍLIA E SURDEZ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA USO E DIFUSÃO DA LÍNGUA DE SINAIS

Mesmo que a família não seja um conceito unânime na sociedade atual, é inegável sua importância enquanto organização que promove as relações sociais e contribui para a formação emocional de seus membros. É, pois, na família que se inicia o processo de socialização: “É na família que a criança encontra o principal espaço de socialização, influenciando na aquisição de habilidades, comportamentos e valores contextualizados culturalmente.” (Pereira; Ramos; Silveira, 2016, p. 963). Ou seja, a família é uma instituição social, “ela é a principal fonte de socialização do indivíduo ao ensinar-lhe quais os padrões e normas culturais adequados que devem ser internalizados e reproduzidos em suas relações sociais” (Ramos; Nascimento, 2008, p. 467).

Polêmica, polissêmica, um objeto antigo, mas em constante revisão que gera multiplicidade de discursos divergentes (Vasconcelos; Santos; Almeida, 2020), a família apresentou mudanças relevantes a partir do século XIX, tais como, casamento e divórcio, a quantidade de membros, a inserção da mulher no mercado de trabalho, as novas formas de educação dos filhos, a disseminação rápida de novos valores, o individualismo dentro da relação, questões sobre sexualidade e a relação amorosa (Ramos; Nascimento, 2008). Com características específicas, que variam de um grupo familiar para outro, essa não é uma instituição neutra. Reis (1989, p.102) afirma que esse grupo só poderá ser compreendido se analisado dentro de uma complexa trama social e histórica. Por

isso, possui, além da função biológica, uma função de cunho socializatório, “ela é quem torna o indivíduo um ser social e como tal imerso na cultura e valores coletivamente disseminados.” (Ramos; Nascimento, 2008, p. 467) A família exerce também uma função ideológica, ou seja, é no seu interior que os indivíduos são educados para a manutenção da estrutura familiar. Como destaca o autor, “[...] ela também ensina seus membros como se comportar fora das relações familiares em toda e qualquer situação.” (Reis, 1989, p.102) Como não há neutralidade na organização familiar, a formação que ela oferece a seus membros também não é neutra.

[...] ela é o locus da estruturação da vida psíquica. É a maneira peculiar com que a família organiza a vida emocional de seus membros que lhe permite transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo, em um código de conduta e valores que serão assumidos mais tarde pelos indivíduos. (REIS, 1989, p.104).

De acordo com Ciampa (1989, p. 63), o sujeito toma conhecimento de si pelo reconhecimento dos indivíduos e do grupo social a que pertence. Ele afirma que a identidade das pessoas é “constituída pelos grupos de que fazem parte”, “através das relações que estabelecem seus membros entre si e com o meio onde vivem”. No entanto, o pertencimento a determinado grupo não implica necessariamente identificação e sentimento de pertença a ele. Entende-se a partir dessa premissa que a simples inserção do sujeito em um grupo não significa seu pertencimento. Para ser parte de um grupo e, conseqüentemente, identificar-se ao mesmo é necessário agir, pois é pela ação e não apenas pela inserção que “alguém se torna algo”. Ainda em Ciampa (1989, p.72), o contexto histórico e social em que o sujeito está inserido determinam as “possibilidades e impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade”.

Proporcionar qualidade de vida, amparo físico, emocional e social aos seus e esclarecer o que é melhor para seu crescimento, além de “amor, afeto, proteção e segurança dentro de um espaço de inclusão e acolhimento aos filhos”, “boa interação social dentro do lar” são algumas expectativas no que se refere a família. (Negrelli; Marcon, 2008, p. 99)

A aceitação do filho com suas especificidades e o estabelecimento de uma interação e comunicação adequadas entre a família e a criança surda, com a participação efetiva por parte dos pais, servirão de base para sua socialização e desenvolvimento. Quanto a criança surda, Negrelli e Marcon (2008) consideram a família como uma composição de subsistemas independentes que

desenvolvem relações únicas que são influenciados e alterados por todos, inclusive pelas próprias crianças, que não são apenas receptoras de padrões sociais. Sua chegada demanda adaptações e novas prioridades. Seu desenvolvimento dependerá do trabalho conjunto entre ela e seu cuidador adulto e das interações e relações com pessoas e sistemas sociais.

Em levantamento realizado, em bases de dados nos 2004 e 2005, Negrelli e Marcon (2008) caracterizam a família como o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base e como cooperadora para o processo do desenvolvimento do surdo, “[...] seu esforço para se comunicar e a disponibilidade para aprender e ensinar também facilitam o convívio com acriança surda [...]”. (Negrelli; Marcon, 2008, p. 101). No entanto, o ambiente ideal por vezes não se concretiza. Em relação às dificuldades vivenciadas pelos familiares de surdos, as autoras destacaram a falta de comunicação como empecilho ao relacionamento entre os filhos surdos e seus genitores; dificuldade de aprendizagem e falta de identificação com a língua de sinais; impor limites e estabelecer regras para os filhos e realizar adaptações internas, das relações sociais e de lazer para a nova realidade da família.

Outro aspecto relevante apresentado por Oliveira et al. (2004) se refere à falta de recursos financeiros pois há relação direta entre as condições socioeconômicas e a qualidade das interações na família.

Parece que quanto mais pobre é a família, mais deficiente é a criança em termos de limitações no uso de alternativas e recursos que possam favorecer o seu desenvolvimento e, por conseguinte, o exercício de sua cidadania. Isso ocorre devido às dificuldades de acesso e à distância social da família aos serviços especializados já disponíveis na sociedade. (Oliveira et al., 2004, p. 190)

Diante da importância da aquisição da linguagem e das relações sociais para o desenvolvimento do surdo e a constatação de que, por consequências da chegada de um filho surdo a muitas famílias preferem ficar em casa e não participam de atividades e grupos comunitários e outras têm limitações financeiras que dificultam acesso a aprendizagem e contato com a língua de sinais (Negrelli; Marcon, 2008). Diante disso, a escola, surge como instituição potencialmente facilitadora no enfrentamento das dificuldades de comunicação abrindo suas portas para que os surdos e suas famílias tenham acesso à aprendizagem da Libras e compartilhem suas experiências com a surdez. Algumas iniciativas da instituição escolar poderiam minimizar as dificuldades em relação a aceitação da

criança surda e aprendizagem da língua de sinais como, por exemplo, realização de reuniões, palestras e cursos de capacitação e criação de espaços de escuta e de apoio para refletir e trocar experiências sobre a surdez.

Considerando as problematizações apresentadas anteriormente, no próximo subitem serão abordados trabalhos de pesquisas sobre famílias de pais ouvintes com filhos surdos e sobre estratégias para uso de difusão da língua de sinais no ambiente familiar.

METODOLOGIA

A pesquisa está fundamentada na problemática da comunicação e da aprendizagem que envolve o uso da língua de sinais por surdos e ouvintes no ambiente familiar. Considerando a problemática da pesquisa e os objetivos descritos, o percurso metodológico será organizado pela revisão de literatura sistemática de caráter misto na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A partir dos descritores Surdez, Libras e Família foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por dissertações e teses que tratassem sobre uso da língua de sinais pelos surdos e seus familiares durante os meses de setembro e outubro de 2022.

A revisão se ocupou da análise e descrição do corpo do conhecimento sobre surdez, família e aprendizagem da língua de sinais por familiares de pessoas surdas. Ou seja, essa etapa da pesquisa tratou da “[...] construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura para a concepção do referencial teórico da pesquisa” (Vosgerau; Romanowsk, 2014, p.170). Além da atualização do conhecimento sobre a temática, a revisão de literatura permitiu identificar estudos sobre ações e estratégias, governamentais e privadas, com o objetivo de favorecer o uso e difusão da língua de sinais pelas famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na BDTD, no período de 2012 a 2022, foram encontrados 28 estudos que utilizavam, simultaneamente, os três descritores, e seis com uso apenas dos descritores surdez e família, divididos em 28 dissertações e seis teses, perfa-

zendo um total de 34 trabalhos. A partir do quantitativo de teses e dissertações obtidos pela busca usando os termos surdez, surdo e Libras, foi possível observar o aumento de pesquisas ao longo dos 11 anos. Especificamente em relação ao tema da pesquisa, foram encontrados 12 estudos que utilizavam, pelo menos, uma das palavras-chave família, familiares, pais, mãe ou parental, sendo todas dissertações.

Devido a inconsistências presentes na página do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não foi possível realizar a pesquisa diretamente no site. Portanto, recorreu-se ao Portal Brasileiro de Dados Abertos que alimenta a base do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES analisando os dados disponíveis apenas de 2012 a 2020. As informações são disponibilizadas por meio de arquivos no formato CSV ou XLS, por isso, os dados foram analisados pelo Excel. Diante disso, a consulta foi realizada em nove planilhas individuais, sendo cada um referente a um ano do período definido. Em cada planilha, criou-se filtros na célula referente ao nome dos programas e palavras-chave. Foram selecionados programas de ensino de educação e, em palavras-chave, trabalhos que tivessem os termos surdez, surdo e Libras. Após leitura dos títulos e resumos foram selecionados estudos que tratassem especificamente sobre as famílias de pais ouvintes com filhos surdos e estratégias para uso de difusão da língua de sinais no ambiente familiar.

A tabela 1 mostra o total de trabalhos encontrados em todos os programas de ensino, por ano, considerando como filtro as palavras surdez, surdos e Libras separadamente. Destaca-se que o termo surdez aparece com maior frequência em pesquisas na área da saúde. Em contrapartida, as pesquisas com o termo Libras mostraram-se mais frequentes na área da educação. Os dados também apontam para um crescimento de produção no período considerando que em 2012 foram encontrados 31 trabalhos com os termos surdos e 34 pesquisas com os termos surdez e Libras, e em 2020 os números aumentaram para 185, 62 e 125, respectivamente. O ano de 2019 teve o maior número de pesquisas sobre Libras (135) e o maior número de estudos envolvendo surdos (189), representando um crescimento de seis vezes em relação a 2012.

Tabela 1: Levantamento de teses e dissertações por termos

Ano	Surdez	Surdos	Libras
2012	34 de 61053	31 de 61053	34 de 61053
2013	42 de 67534	51 de 67534	42 de 67534
2014	39 de 70668	74 de 70668	53 de 70668
2015	65 de 75884	94 de 75884	73 de 75884
2016	47 de 80278	96 de 80278	89 de 80278
2017	69 de 85310	156 de 85310	98 de 85310
2018	60 de 90469	161 de 90469	114 de 90469
2019	63 de 90503	189 de 90503	135 de 90503
2020	62 de 80114	185 de 80114	125 de 80114

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Das dissertações e teses encontradas nas buscas na BDTD e CAPES, selecionou-se uma tese e duas dissertações as quais apresentaram estudos sobre surdez, família e língua de sinais e a seguir serão apresentados os resultados encontrados pelos pesquisadores.

Em sua tese, Ferreira (2013) investigou as experiências e o entendimento que as famílias têm sobre a surdez. A pesquisa foi realizada através de grupo focal, em que fonoaudiólogos mediavam momentos de interação entre os familiares para coconstruírem narrativas, experiências vivenciadas relevantes na fala-em-interação e orientar os familiares para se tornarem participantes ativos no desenvolvimento linguístico e discursivo das crianças. Os resultados da pesquisa demonstram que os encontros do grupo focal “ampliaram a conscientização das participantes sobre as possibilidades de comunicação entre familiar ouvinte e filho surdo, principalmente, ao favorecer a reflexividade e a busca por construir sentidos sobre o mundo da vida, partindo de vivências das mães”. (Ferreira, 2013, p. 277)

Apesar de não se tratar de uma pesquisa específica da área da educação, o destaque dado a esse trabalho deve-se ao fato de os resultados encontrados apontarem uma lacuna no ensino precoce de Libras à criança e aos familiares, uma ausência de orientação à família que perpassasse as áreas de saúde e educação, com práticas híbridas e extensão dos cuidados com as crianças surdas às suas famílias que pudesse gerar envolvimento ativo no processo de desenvolvimento de seus filhos. (Ferreira, 2013)

O estudo de caso feito por Monteiro (2017) apresenta sugestões de criação de contextos pedagógicos que estimulem a compreensão de conceitos científicos pelos alunos surdos que são atendidos na sala de recursos (SR) das séries iniciais, com auxílio da família e do professor da SR. Tal proposta surge a partir da percepção de que a sala de recursos é um espaço utilizado para desenvolver atividades de auxílio ao dever de casa e da percepção de que as famílias não conheciam a função da sala de recursos na educação das crianças. Diante disso, a pesquisadora percebeu a existência de “possibilidades de interação pedagógica entre os profissionais da sala de recursos, a família, a escola e os estudantes não são aproveitadas.” (Monteiro, 2017, p. 1)

A autora apresenta como resultados observados durante a pesquisa benefícios da interação família-escola por meio de ações colaborativas visando o desenvolvimento e aprendizagem da criança que podem, inclusive, apresentar melhores resultados de aprendizagem em comparação com crianças cujas famílias não participam da vida escolar. Nesse sentido, indica que houve aumento e melhora na qualidade das interações entre a criança e seus familiares, além de mais oportunidades de aprendizagem, ampliação do vocabulário da criança e motivação em participar das atividades escolares. Em relação à mãe, observou-se também maiores oportunidades de aprendizagem, compreensão das necessidades específicas da filha surda e de recursos que podem ser utilizados, crença no potencial de aprendizagem da filha e compreensão de que o ensinar e aprender são processos em construção. (Monteiro, 2017)

A competência em informação dos pais de surdos referenciou pesquisa desenvolvida por Pereira (2020) com 34 pais de surdos matriculados em duas instituições especializadas na área da surdez da região norte do Paraná. A autora identificou, além das necessidades de informação relacionadas à saúde e tomada de decisão de forma geral, demandas de informação para educação e escolha de escolas, busca por conhecimento dos direitos dos surdos, legislação sobre surdez e a Língua de Sinais, interesse por aprender sobre a surdez e como ensinar o filho surdo. As fontes de informação utilizadas com maior frequência pelos participantes foram outros pais de surdos, familiares, sites especializados sobre a surdez, posto de saúde (médicos, enfermeiras) e as instituições de ensino em que a pesquisa foi realizada. Ressalta-se que as duas instituições de ensino aparecem como as fontes de informação mais procuradas pelos pais, estando à frente da internet e dos profissionais da saúde. Outras fontes de destaque foram outros pais de surdos, amigos e familiares. (Pereira, 2020). Observa-se a tendência em

procurar informações em pessoas do convívio e das instituições que os filhos estudam, fato que revela a relevância das escolas na orientação dos familiares.

A autora apresenta em suas considerações a necessidade de os pais mobilizarem informações e aprenderem sobre a surdez, em como lidar com ela, pois muitos não possuíam conhecimentos básicos sobre o tema. Afirma, ainda, que o desconhecimento pode intensificar sentimentos negativos sobre a surdez e os filhos. Outro ponto de destaque é o fato de os pais precisarem “participar mais ativamente das atividades da escola, associação de pais e amigos dos surdos e de outras instâncias. Além de frequentarem eventos, participar de cursos de Libras promovidos pelas instituições” (Pereira, 2020, p. 127) Por fim, reforça as instituições como espaços propícios para desenvolver atividades, para aconselhar e auxiliar as famílias dos surdos e disseminar informações sobre a surdez.

Portanto, os dados das pesquisas de Ferreira (2013), Monteiro (2017) e Pereira (2020) corroboram para a importância do uso e difusão da língua de sinais e do conhecimento sobre a surdez pelos familiares dos surdos e da participação da família no desenvolvimento da criança surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na busca e levantamento das pesquisas de Teses e Dissertações da BDTD (34) e da CAPES (12), após leitura dos 46 resumos, sumários e trechos específicos como objetivos e metodologia de alguns textos selecionados por relevância da pesquisa foi possível verificar que as famílias, quando convidadas a participarem dos estudos, respondem sobre diversos temas que tratam da surdez, da pessoa surda e da língua de sinais, mas não foi possível localizar em nenhum dos estudos lidos que os familiares tenham recebido apoio para uso e difusão da Libras, bem como orientações sobre a surdez. Nos casos de parceria entre escola e família, os objetivos visavam levantar dados sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança. Também não se constatou registro de nenhuma iniciativa para ofertar cursos de Libras para familiares de alunos surdos por parte das escolas, como este estudo propõe analisar.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. Atividade educativa, pensamento e linguagem: contribuições da psicologia histórico-cultural. Psicologia Escolar e

Educacional [online]. 2011, v. 15, n. 2 [Acessado 15 Setembro 2022] , pp. 323-332. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000200014>>. Epub 02 Mar 2012. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000200014>.

BRITO, A. M. W.; DESSEN, M. A. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 429-445, 1999.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo, SP: Brasiliense.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 24, n. 4, p. 68-77, dez. 2004 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414=8932004000400009-&lng-pt&nrm=iso>. acessos em 29 set. 2022.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*.

DIZEU, L. C. T. DE B.; CAPORALI, S. A.. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. Educ. Soc., 2005 26(91), maio 2005.

FERREIRA, Carolina Magalhães de Pinho. Surdez, família e mediação profissional: grupo focal na coconstrução de conhecimentos e agentividade Carolina Magalhães de Pinho Ferreira; orientadora: Maria das Graças Dias Pereira. – 2013. 293 f.: il.; 30 cm

GALVAO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 2 abr. 2023.

GÔES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, Editora da UNICAMP, 2012.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, A. C. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União.

MONTEIRO, Karenina Maria Ferreira Porto. A surdez na família e na sala de recursos: uma proposta de parceria. 2017. 139 f., il. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MOTA, P. H. DOS S.; BOUSQUAT, A.. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. Saúde em Debate, v. 45, n. Saúde debate, 2021 45(130), jul. 2021.

NEGRELLI, M. E. D.; MARCON, S. S. Família e criança surda. Ciência, Cuidado e Saúde, v. 5, n. 1, p. 098-107, 22 set. 2008.

OLIVEIRA, Raquel Gusmão; SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral; NEGRELLI, Maria Elizabeth; MARCON, Sonia Silva. A experiência de famílias no convívio com a criança surda. Acta sci., Health sci ; Acta sci., Health sci;26(1): 183-191, jan.-jun. 2004.

PEREIRA, Ana Paula. A competência em informação dos pais de surdos/ Ana Paula Pereira. Londrina, 2020. 157f.: il. Orientadora: Adriana Rosecler Alcará. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2020.

PEREIRA NETO, E. F.; RAMOS, M. Z.; SILVEIRA, E. M. C.. Configurações familiares e implicações para o trabalho em saúde da criança em nível hospitalar. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 26, n. Physis, 2016 26(3), jul. 2016.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed

RAMOS, D. M. DOS .; NASCIMENTO, V. G. DO.. A família como instituição moderna. Fractal: Revista de Psicologia, v. 20, n. Fractal, Rev. Psicol., 2008 20(2), jul. 2008.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), Psicologia Social: O homem em movimento (pp. 99-124). São Paulo, SP: Brasiliense.

SANTOS, L. R. de L.; CARVALHO, D. M. Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 190–203, 2016. DOI: 10.5216/rs.v1i2.41493. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/41493>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SCHEMBERG, S.; GUARINELLO, A. C.; MASSI, G.. O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, n. Rev. bras. educ. espec., 2012 18(1), jan. 2012.

TONIETTO, Lauren et al. Interfaces entre funções executivas, linguagem e intencionalidade. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2011, v. 21, n. 49 [Acessado 15 Setembro 2022], pp. 247-255. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200012>>. Epub 19 Set 2011. ISSN 1982-4327. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200012>.

VASCONCELLOS, K. M.; SANTOS, M. DE F. DE S.; ALMEIDA, A. M. DE O.. A representação social da família em transformação: cinquenta anos na revista família cristã. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, n. Psicol. Soc., 2020 32, 2020.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-190, abr. 2014. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2014000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 fev. 2023.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. e LURIA, A. R. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-190, abr. 2014. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2014000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 fev. 2023.

WERNER, Jairo. A relação linguagem, pensamento e ação na microgênese das funções psíquicas superiores. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2015, v. 27, n. 1 [Acessado 15 Setembro 2022], pp. 33-38. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200012>>.

org/10.1590/1984-0292/1349>. Epub jan-apr 2015. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1349>.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).